

# Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)  
luana.patriolino@gmail.com

## Pior de tudo é a fome

Se no mercado financeiro a desconfiança é grande em relação ao presidente Lula, que decidiu confrontar o Banco Central por causa dos juros altos, entre o empresariado, pelo menos entre os mais conscientes, a ordem é encampar a proposta do petista de erradicar a fome do Brasil. Gente do calibre de Abílio Diniz e Luiza Trajano diz que não é mais possível ficar reclamando da violência, andando de carro blindado, quando há milhões de brasileiros nas ruas sem ter o que comer.

## Atenção à depressão

Foi protocolado na Câmara dos Deputados um projeto de lei para instituir o Programa Nacional de Prevenção da Depressão. A proposta é do deputado federal Fábio Macedo (Podemos-MA), que é autor de outras proposições sobre o tema no Maranhão. “Existem obstáculos ao enfrentamento eficaz desse transtorno no Brasil, entre os quais o preconceito social em relação aos transtornos mentais e a falta de profissionais capacitados”, lamentou, em conversa com a coluna.

## À frente dos paulistas

O deputado federal Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) foi eleito, ontem, coordenador da bancada federal paulista, na Câmara dos Deputados. Apesar de ser integrante do PL, legenda de Jair Bolsonaro, ele é visto por seus pares como um conciliador. Por causa disso, teve até mesmo o apoio do PT para presidir o grupo, que tem 70 deputados e três senadores. “Independentemente de partidos, nosso objetivo é garantir que investimentos e projetos importantes para São Paulo sejam executados. Iremos dialogar com os governos federal e estadual para unir forças”, garantiu.

# Foco nas MPs

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva passará, em breve, por uma nova prova de fogo. A base aliada do Congresso deverá votar as medidas provisórias editadas pelo presidente nos primeiros dias de gestão. Algumas devem ser aprovadas com larga vantagem, mas outras correm risco de rejeição ou de alteração profunda. A primeira delas é a que determina a volta do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Fazenda. No governo de Jair Bolsonaro, o órgão passou do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o da Economia e, por fim, acabou no Banco Central (BC). O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já disse que o Coaf deveria continuar no BC.



## Choradeira permanente

No Telegram, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) segue com os ataques ao governo Lula. Em seu canal na plataforma, que possui 190 mil inscritos, o filho do ex-presidente compartilha diariamente mentiras e posts relacionados à economia brasileira que, segundo ele, vai entrar em colapso na gestão petista.

## E Jair?

Enquanto isso, Jair Bolsonaro se comporta como se ainda fosse chefe do Executivo. Com uma frequência bem menor que a do filho 02, publica mensagens sobre os feitos de seu governo, defendendo que promoveu investimentos externos e a redução da criminalidade.

## Apoio e rejeição

Com o apoio do Brasil, o português António Vitorino está praticamente eleito para a chefia da Organização Internacional para as Migrações (OIM). O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, esperava ouvir de Lula, na reunião que terão hoje, apoio ao nome da norte-americana Amy Pope para o cargo. Mas o governo do petista tem horror à forma como os norte-americanos executam sua política de imigração.

## Espaço para ex-presidente

Se confirmada para a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), instituição financeira controlada pelos países que formam o Brics, a ex-presidente Dilma Rousseff terá salário anual de cerca de US\$ 500 mil. A pretensão do governo é que o atual comandante do banco, o bolsonarista Marcos Troyjo, que tem mandato até 2025, renuncie ao cargo o mais rapidamente possível. A petista, se nomeada, terá de passar boa parte do tempo na China, sede da instituição. A indicação da ex-presidente para a chefia do NBD tem a vantagem de não exigir sabatina e aprovação do Senado. Ela não quer ser inquirida na Casa que sacramentou o impeachment dela.

## Liberdade, liberdade

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu, ontem, substituir a prisão domiciliar de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, pelo uso de tornozeleira eletrônica e apreensão do passaporte. No entanto, ele só poderá sair de casa após a publicação dos ofícios que ratifiquem a decisão. Isso deve ocorrer apenas na próxima segunda-feira. O político foi preso em 2016, pela Operação Calicute, desdobramento da Lava-Jato.

**BOLSA FAMÍLIA /** Revisão do Cadastro Único, banco de dados que dá acesso aos programas do governo, aponta que pessoas que não tinham direito receberam o benefício. Ministro denuncia desmonte do sistema de assistência social

# 2,5 milhões de irregulares

» VICTOR CORREIA

O pente-fino no Cadastro Único promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome aponta que 2,5 milhões de pessoas recebem indevidamente o Bolsa Família. A informação foi dada, ontem, pelo ministro Wellington Dias, que também acusou o governo de Jair Bolsonaro de promover um desmonte do sistema de assistência social.

Segundo o levantamento da pasta, alterações feitas pelo governo anterior permitiram fraudes em cadastros de famílias com apenas um membro, que quase dobraram entre 2021 e 2022. “Foi desmantelado o cérebro do Cadastro Único. É como se tivesse uma bagunça para perder o controle”, afirmou Wellington, durante visita à Cozinha Solidária do Sol Nascente, no Distrito Federal, projeto do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

“Temos, infelizmente, pessoas com renda elevada, com nove salários mínimos, recebendo o Bolsa Família. E pessoas sem renda,

com fome, que não conseguem acessar”, acrescentou.

O Cadastro Único registra as famílias mais vulneráveis, e é utilizado em mais de 30 programas sociais, incluindo o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e a Merenda Escolar. Uma das principais propostas de Wellington ao assumir a pasta é a reformulação do banco de dados, que será feito em parceria com a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social).

As fraudes estão no radar do governo desde a transição, no final do ano passado. O número de famílias registradas no Cadastro com apenas um membro cresceu de 15%, em 2021, para 26%, em 2022, indicando a possibilidade de irregularidades. Também no ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que as mudanças das regras no então Auxílio Brasil facilitaram fraudes. Membros de uma mesma família poderiam, segundo a Corte, se registrar separadamente, recebendo, cada um, o valor integral do programa.

O pente-fino ainda está em andamento, mas deve ser concluído até o final do mês. Um relatório

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Para Wellington, desmantelamento do setor social foi deliberado



**Temos, infelizmente, pessoas com nove salários mínimos, recebendo o Bolsa Família. E pessoas com fome que não conseguem acessar”**

**Wellington Dias**, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

com o resultado do levantamento será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## Conselho

A reformulação do Cadastro Único também foi pauta da reunião do Conselho de Assistência Social (CNAS), que contou com a presença do ministro. Ao discursar no início do encontro, Wellington lastimou que o desmonte de todo o sistema de assistência social da União nos últimos quatro anos.

“O fato é que nós tivemos uma onda que, se pudesse resumir de forma bem simplificada, quebrou propositalmente esse elo de organização do Sistema Único de

Assistência Social com o objetivo de que a gente ainda está longe de compreender”, frisou o ministro. Sobre o Cadastro, disse que a desestruturação deu-se com “a queima de equipamentos do cérebro” do sistema.

“Ou seja, você não teve mais a condição de, na velocidade adequada reconstruir essa base de dados. Ora, quando você tem isso, o que é que permite? O entrar de qualquer jeito”, acrescentou.

Para o ministro, mais preocupante do que os casos de fraude é que muitas pessoas necessitadas, que têm direito a receber o Bolsa Família, ficaram de fora do cadastro. O resultado são 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil.

## CONGRESSO

# Partidos se articulam para a disputa das comissões

» RAPHAEL FELICE  
» KELLY HEKALLY  
Especial para o Correio

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretendia que as comissões da Casa estivessem funcionando já no começo de março, mas seus planos terão de esperar. A tendência é que fiquem para o final do próximo mês ou até mesmo para abril, pois há uma série

de acordos que precisam se costurar para contemplar o leque de partidos que reelegeram Lira com ampla maioria de votos.

Por causa disso, o presidente da Câmara convocou reunião, para a próxima terça-feira, a fim de tratar das presidências das comissões. Mesmo assim, a expectativa dos líderes é de que pouco se consiga nesse encontro.

Uma das barreiras para a

construção de consensos sobre as comissões é o PL. Dentro do partido começa a se aprofundar uma divisão entre os políticos “raiz” e a ala bolsonarista. Enquanto os pragmáticos acenam com a possibilidade de aderir à base do governo, os radicais rejeitam tal hipótese e trabalham para destituir o líder na Câmara. Altineu Côrtes (RJ) — um dos arquitetos da aproximação com o Palácio do Planalto. Nos próximos

dias, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, entra em campo para tentar pacificar as alas — e impedir que os bolsonaristas ganhem força.

No PT, principal partido governista, as coisas estão mais claras. Para o primeiro ano à frente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a legenda já indicou Rui Falcão (SP), mas quer dominar outras quatro comissões — Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos

e Fiscalização Financeira e Controle.

No Senado, os ajustes para as comissões devem sair depois do carnaval, porém também já há algumas definições. O PSD confirmou que vai indicar Vanderlan Cardoso (GO) para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em substituição a Otto Alencar (BA), atual líder do partido.

A CCJ ficará com o União Brasil e, possivelmente, nas mãos de

Davi Alcolumbre (AP). O União Brasil deve indicar a senadora Soraya Thronicke (MS) para presidir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O PT mira os colegiados de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais. No caso da Comissão de Relações Exteriores, são grandes as chances de o senador Renan Calheiros (MDB-AL) continuar a presidir-la.